

NOME: ELIZABETH DIAS MUNAIER LAGES

TÍTULO: EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA: DIÁLOGOS ENTRE TRÊS ESCOLAS DO ENTORNO DA FUNDAÇÃO HELENA ANTIPOFF E A UEMG-UNIDADE IBIRITÉ

AUTORES: ELIZABETH DIAS MUNAIER LAGES, ELIZABETH DIAS MUNAIER LAGES

AGÊNCIA FINANCIADORA (se houver): Paex

PALAVRA CHAVE: FORMAÇÃO CIDADÃ, DIREITOS HUMANOS, EDUCAÇÃO HUMANISTA.

RESUMO

Em 10 de dezembro de 1948 foi aprovada a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), cujo preâmbulo enfatiza que "o reconhecimento da dignidade inerente a todos os membros da família humana e de seus direitos iguais e inalienáveis é o fundamento da liberdade, da justiça e da paz no mundo". Nela, o Artigo I afirma que "todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade" (DUDH, p. 1). No Brasil, a Constituição Brasileira de 1988, considerada a "Constituição Cidadã", institucionalizou os direitos humanos no país, destacando a cidadania e a dignidade da pessoa humana como princípios fundamentais do Estado Brasileiro. Entretanto, ainda que a Declaração e a Constituição existam há muitos anos muitos direitos seguem ignorados, incompreendidos e desconhecidos. Mas ainda assim, estes documentos são importantes por sensibilizar e difundir a ideia do que são os direitos de cidadania, conjunto indivisível de direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais. Destaca-se que as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos (DNEHD) publicadas em 2012 estão em consonância com a Educação em Direitos Humanos (EDH), proposta de política pública que foi fomentada no cenário nacional com a instituição do Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos (CNEHD) e publicação do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEHD) em 2003, em resposta a uma exigência da ONU no âmbito da Década das Nações Unidas para a Educação em Direitos Humanos (1995–2004). Sua implementação é uma iniciativa que exige envolvimento da comunidade escolar, da rede de promoção e defesa dos direitos humanos, bem como dos gestores educacionais e sociais. (BRASIL, 2013) Ressalta-se que a educadora e psicóloga russa Helena Antipoff já no início do século XX, idealizava a educação como a possibilidade de construir uma reforma social possível, ao se estender às crianças e à comunidade desprivilegiada os benefícios da escola. Almejava-se, dessa forma, também transformar os moradores da comunidade rural em cidadãos de um padrão mais apurado, do ponto de vista cívico, econômico e cultural, edificando formas mais produtivas e mais equitativas de vida coletiva, a partir da formação agrícola. Tratava-se do exercício da democracia na vida cotidiana, uma inspiração em princípios escolanovistas defendidos por Claparède e fortemente assimilados pela educadora. Destaca-se, assim, que o sentimento que coabitava neste período histórico, momento de extensa produção teórica da educadora, foi fortemente influenciado pelos documentos internacionais, tratados e acordos de cooperação, tais como a Declaração de Genebra e suas Convenções e protocolos largamente conhecidos e situados no bojo das discussões do pós guerras, temática que originou o debate inicial sobre os direitos humanos, no século XX. E que depois vão se consolidar com a publicação da Declaração Universal dos Direitos Humanos em meados deste mesmo século. É a partir da reflexão sobre a teoria dos direitos humanos, sua história, iniciativas e ações contemporâneas é que surge o projeto de extensão "Educação em Direitos Humanos e Cidadania: diálogos entre a proposta pedagógica de Helena Antipoff e a Escola Sandoval Soares de Azevedo" na UEMG – Unidade Ibirité que visa, inicialmente, a interlocução de saberes com três escolas no entorno desta universidade. São elas, as Escolas Estaduais Sandoval Soares de Azevedo, Yolanda Martins e Antônio Pinheiro Diniz. Tal projeto tem como finalidade a formação cidadã e, para isso serão oferecidas capacitações para professores, gestores e alunos acerca de vários conteúdos, tais como a história dos Direitos humanos e a educação; a educação como meio de transformação e libertação; o direito à educação no Brasil e sua previsão no Estatuto da Criança e do Adolescente; a violência urbana e doméstica e a Instituição escolar; a relação entre família escola e os conflitos do cotidiano escolar. Além disso, está prevista a elaboração de cartilha informativa voltada para a Educação em Direitos Humanos e Cidadania e a produção de informativo à comunidade sobre o que está sendo desenvolvido no projeto. Ressalta-se que a equipe de trabalho tem participado de encontros, reuniões semanais e mesas de discussões, estando, em especial, envolvida com a realização da 4ª Semana UEMG com o "Colóquio sobre Educação, cidadania e direitos humanos". O grupo está em constante articulação com a FaPP (Faculdade de Políticas Públicas - UEMG), afim de produzir material didático-pedagógico instrucional que servirá de apoio permanente para as escolas e a comunidade escolar. Contudo, espera-se que a interlocução entre as universidades, as escolas e a obra de Helena Antipoff, que pioneiramente pensava a cidadania e a atitude democrática em suas ações educativas, possa envolver os parceiros, na medida em que possa trazer para a escola o papel da reflexão e da crítica a práticas pedagógicas antigas e já enraizadas no sistema educacional. Dessa forma, tem-se assim uma formação cidadã em conjunto a uma prática mais humanizada, base para a emancipação e liberdade dos indivíduos.